

Eduardo Lourenço e João Martins Pereira: Conversa com Abril em Fundo

Manuela Cruzeiro

Talvez uma conversa improvável, dadas as óbvias diferenças entre os dois, a começar pelo grau de notoriedade de cada um deles e a acabar na aparente distância que separa os territórios das suas reflexões. Mas sem dúvida um diálogo riquíssimo que instaura um novo e compósito campo de indagação, cuja exploração revela insuspeitadas zonas de confluência que, basicamente, se caracterizam por um hibridismo metodológico antidogmático e criativo, ao serviço de uma comum e genuína exigência em questionar o imaginário cultural português, as imagens contrastantes que vem produzindo e a consequente necessidade da produção de outras mais adequadas a um autoconhecimento mobili- zador e futurante.

Instalado há quase setenta anos na nossa paisagem cultural, Eduardo Lourenço é, sem dúvida, o nosso mais consagrado pensador vivo, de tal forma se sucedem as distinções e prémios nacionais e estrangeiros de que tem sido alvo. Contudo, esta justa consagração nem sempre se dá pelas melhores razões. Consagra-se o autor, mas nem sempre se consagra com igual vigor e entusiasmo a obra. Paradoxalmente, a enorme visibilidade de EL tem convivido com uma quase invisibilidade da sua obra, para o que contribui a incompreensível discrição com que a crítica recebe cada título que dá à estampa, numa média de um por ano. Nasce assim a ilusão de que se conhece um pensamento porque se conhece o autor, quer através das inúmeras entrevistas, artigos de opinião, aparições televisivas, quer através de excertos das suas obras, citações conjunturais ou de conveniência. Não faltam exemplos desta versão instrumental nos mais variados campos do saber, o que ajuda a fixar versões vulgarizadas e pobres, quando não totalmente erróneas do pensamento do nosso filósofo. Devemos ainda a EL a distinção mais desejada e certamente a mais eficaz e perene: a da leitura em extensão e profundidade da sua obra, a descoberta do carácter original e até subversivo de muitas das suas teses, o diálogo criativo e interpelante

145

EDUARDO LOURENÇO E JOÃO MARTINS PEREIRA: CONVERSA COM ABRIL EM FUNDO

em vez do silêncio reverente, ou da paráfrase acrítica. Devemos-lho em duplicado, a ele que tem sido o mais apaixonado e generoso leitor das pala- vras dos outros, descobrindo-se e descobrindo-nos sempre e tão somente através dessas palavras, que são afinal a única actividade humana criadora de sentido.

Há certamente excepções, gratas e surpreendentes excepções, de autores que, desafiados a pensar com ele ou contra ele a realidade portuguesa, lançam nova luz sobre essa temática fascinante e inesgotável. É o caso de João Martins Pereira, engenheiro de formação, economista, jornalista, intelectual injustamente obscuro, em parte por culpa própria (dada a sua radical aversão ao estrelato) mas também por culpa alheia (exemplo típico do silenciamento das alternativas ao pensamento único), autor de um livro cujo título enigmático *No Reino dos Falsos Avestruzes* (1983) adensa o mistério e afasta os

leitores mais apressados. E mesmo o subtítulo, Um olhar sobre a política, parecendo clarificador, acaba por não ser fiel à revelação que nos espera desde as primeiras páginas: um riquíssimo campo de abordagens temáticas e disciplinares, todas elas confluindo nesse imenso filão que genericamente designamos por imaginário nacional, seus mitos, símbolos e imagens, ciclicamente revisitados em períodos críticos da nossa história. O cenário e horizonte das suas reflexões é o Portugal pós-revolucionário, a obra é uma lúcida e implacável auto-reflexão geracional e pessoal. Mas é também um amargo e desencantado retrato do país, um misto de panfleto, artigo de jornal e ensaio, breve mas rigoroso, directo mas reflexivo, conciso mas profundo, satírico e cáustico mas muito sério.

O diagnóstico que nove anos passados sobre o 25 de Abril o autor nos oferece é, nas suas linhas essenciais, muito próximo daquele que, decorridos apenas quatro anos sobre essa data charneira da nossa história, já tinha feito EL nesse não menos fascinante Labirinto da Saudade (1978).

Partindo ambos da ideia central de que o 25 de Abril, para além das grandes transformações políticas sociais e económicas, foi a última grande oportunidade de produção de um novo discurso identitário, de uma nova auto-imagem nacional, ambos concluem que, mais uma vez, falhámos. É que uma revolução parte, é movida e reflecte sempre uma leitura imaginária da sociedade, e o seu êxito ou fracasso está seguramente ligado à capacidade de impor esse imaginário e, mais do que isso, de o prolongar e

146

enraizar na nova colectividade dela emergente. Ora o acentuado empobrecimento simbólico e mitológico que afecta hoje a sociedade portuguesa, e que se manifestou logo após os breves meses do episódio revolucionário, é o mais inequívoco sinal das dificuldades em impor um novo projecto e imagem colectivos e, conseqüentemente, de uma profunda crise de identidade. Assim, num momento de viragem, de busca e de convulsão, num momento em que a revolução encerrava um determinado espaço simbólico (Estado Novo, Fascismo, Salazarismo, Colonialismo) e abria outro tendencialmente novo (Revolução, Liberdade, Socialismo, Democracia), isto é, em que a revolução destruíra as bases da mitologia cultural que sustentava o Estado Novo, necessário se tornava o aparecimento de uma contra-mitologia que contestasse com igual vigor e convicção o sistema de valores que davam corpo à eficaz mitologia do nacional-catolicismo. Porém, essa contra-mitologia que devia prolongar e aprofundar a já forte mitologia de oposição desenvolvida sobretudo a partir dos anos 50 do século passado, não teve nos anos subsequentes ao 25 de Abril a expressão que seria de prever e desejar.

A revolução não foi, portanto, capaz de criar, ou melhor, de recuperar e revitalizar um vínculo congregador e mobilizador através de um verdadeiro imaginário revolucionário, afinal de uma re-semantização do próprio conceito de portugalidade e de todo o leque de outros dele derivados. Tratava-se pois de questionar um imaginário nacionalista construído ao longo de quase meio século pelo regime da ditadura e que vivia exclusivamente das sua dimensão ultramarina. Ou seja, de encarar a realidade de um país que desde o século XV vivera ausente de si mesmo, embalado nas velhas glórias dos descobrimentos e das conquistas, mas que de tudo isso não soube nunca tirar a inevitável lição histórica.

EL não tem dúvidas: ‘Desde o início, a revolução contém uma falha que, esperamo-lo, não lhe seja fatal. Hipnotizada pelo puro combate ideo- lógico, descurou em excesso o sentimento nacional (...) A ideia de Nação e o ‘nacionalismo’ no seu sentido de radicação e consubstanciação com o interesse nacional, não só não são antagónicos do interesse revolucionário, como lhe comunicam a sua força afectiva’ (Lourenço, 1978:63).

Falhámos, pois. Não rompemos com velhas construções imaginárias as quais, em vez de autoconhecimento são antes formas de perpetuação

MANUELA CRUZEIRO

147

EDUARDO LOURENÇO E JOÃO MARTINS PEREIRA: CONVERSA COM ABRIL EM FUNDO

de imagens distorcidas e por vezes falsas sobre a realidade nacional, o seu passado e o seu lugar no mundo de hoje. Sucumbimos ao peso de velhas e poderosas imagens, mais bloqueadoras do que libertadoras. O país com excesso de passado não soube construir o futuro, ou pelo menos um futuro que não fosse uma reciclagem narcísica e devoradora da velha nação imperial e conquistadora. É a tão falada ‘imagologia nacional’ de que EL faz o mais brilhante e certo diagnóstico, arriscando com a sua finíssima ironia (as mais das vezes tão mal compreendida) a terapêutica da psicanálise colectiva.

João Martins Pereira foi, parece-me, um dos muitos que leu com indisfarçável admiração e fascínio esse tão aclamado Labirinto da Saudade, título por demais sugestivo (qual o português que não gosta de ouvir falar de saudade?) e que ostentava o intrigante subtítulo Psicanálise Mítica do Destino Português, mas foi dos poucos que com ele dialogou num confronto corpo a corpo com aquele que considera ‘o mais brilhante livro sobre a sociedade portuguesa publicado nos últimos anos’ (Pereira, 1983:16).

Incomodou-o visivelmente (e creio que um tanto precipitadamente, se atendermos à tal ironia lourenceana...) a sugestão de regressarmos todos ao divã de Freud.... Para ele, e de forma muito abreviada, entre a psicanálise e a sociologia, antes a sociologia, e entre a sociologia e a história, antes a história. Mas incomodou-o sobretudo a ideia, repetida até à exaustão por lourenceanos de última hora, da nossa ‘originalização’ como país de forte mitologia nacional, senhor de uma hiper-identidade, trincheira inexpugnável contra todos os acidentes da história, receita segura e quase milagrosa contra todos os traiçoeiros golpes do destino. Diremos então que JMP partilha da perplexidade de muitos outros autores que tomaram demasiada à letra esse desafio para uma experiência de psicanálise colectiva. E, apesar do indiscutível prazer intelectual que ela pode proporcionar, chama sobretudo a atenção para os riscos de um permanente oscilar entre patológico e exaltante (a famosa esquizofrenia lourenceana) que a leitura da história através dessa grelha de análise acaba por consagrar. O perigo está, justamente, na atitude profundamente pessimista veiculada pela ideia-mestra de que ‘a pátria está doente’.

Estamos portanto numa primeira confrontação entre os dois, atenuável contudo, se recordarmos aqui que todo o esforço de Lourenço vai no

sentido de apontar a necessidade de fugir a qualquer fatalidade biológica ou psicológica, mesmo se o levantamento de longo alcance que vem fazendo da nossa realidade cultural ao longo dos séculos, pareça em grande medida autorizar uma leitura de pendor decadentista, na senda aliás de uma corrente dominante, sobretudo a partir do sec. XIX, que olha a cultura portuguesa numa perspectiva de forte acento de frustração, melancolia e até de tragédia. Mas, como não estamos no reino da necessidade cultural, antes da criação cultural, a invenção pode sempre substituir a repetição, a motivação a causa- lidade linear. O 25 de Abril de 1974 foi um desses momentos em que o ciclo bipolar da exaltação/depressão poderia ser invertido.

Acresce ainda, e sobretudo, que a perspectiva de EL está muito longe de ser a do pensador desencantado e céptico, sem lugar para a esperança, o sonho ou a utopia, sugerido por uma leitura apressada desse quadro patoló- gico da esquizofrenia diagnosticado no Labirinto da Saudade. Como afirma M. Manuel Baptista: ‘se a teoria freudiana da ilusão como patologia do imagi- nário comanda toda a primeira parte do ensaio lourenceano, numa segunda parte do que se trata é de uma específica fenomenologia do imaginário, como capacidade de fecundar e ultrapassar um racionalismo ressequido que Lourenço considera fortemente enraizado na cultura portuguesa (Baptista, 2003:325). Nesse sentido, ele tem sido, e foi-o também no cenário específico do Portugal pós-Abril, o nosso verdadeiro (porventura único) mitólogo, se por tal entendermos, na esteira de Gilbert Durand, aquele que não se ficando pela mera exegese mítica (miticiano) submete em permanência os relatos míticos a uma crítica do seu sentido e significação. Aquele cuja função consiste em desmistificar o símbolo e simultaneamente remitificá-lo, isto é, extrair das contingências da biografia e da história a intenção simbolista de transcender a história. De forma solitária e até incompreendida, Lourenço vem, assim, fazendo o que chama uma revisi- tação permanente da nossa mitologia, não em sentido celebratório, mas em sentido da crítica e da denúncia dos constantes processos de alienação do simbólico, com vista à sua reconversão em força de libertação e de futuro. O que afinal o mobiliza é justamente o desafio de novos sentidos, na convicção de que nenhuma narrativa mitológica esgota a riqueza semântica que permite renovações constantes, em contextos sociais variáveis.

Portanto, a debilidade do 25 de Abril está para o autor relacionada com

MANUELA CRUZEIRO

EDUARDO LOURENÇO E JOÃO MARTINS PEREIRA: CONVERSA COM ABRIL EM FUNDO

a falta de imaginário, ou melhor com uma certa patologia do imaginário que, para Lourenço não é a simples capacidade de recordar ou lembrar, e nem sequer a transfiguração ou reconfiguração do real. É muito mais do que isso. Tem uma consistência ontológica, instaura uma realidade dotada de um poder de significação e uma energia de transformação. Por isso ele fala de um ‘incómodo silêncio’ que se instalou na sociedade portuguesa. ‘Ao contrário do que se passou no começo do século XIX, na queda da monarquia em 1910 ou até no advento do regime de Salazar em 1933, o 25 de Abril, chegado de surpresa, não conseguiu ainda inspirar uma verda- deira imagem de marca política, ideológica e cultural. A invenção de tal imagem era

justamente a tarefa mais urgente da *intelligentzia* libertada pela revolução. Só ela teria permitido articular a vontade de mudança e de ruptura institucional expressa pelo 25 de Abril com a experiência média do cidadão português, a sua herança moral, os seus mitos, as suas mais legítimas esperanças' (Lourenço, 1985:31-R).

De outra forma de silêncio nos fala JMP. A falta de uma mitologia revolucionária forte converte-se segundo ele, numa desesperada (e deses- perante) sucessão de pequenos mitos, numa multiplicação desgarrada, desconexa e frágil, sem o potencial de consenso e mobilização dos grandes desígnios nacionais. Procedendo com uma 'quase heróica perseverança' ao mapeamento exaustivo dos principais núcleos mitológicos da sociedade pós- -revolução – iniciativa privada, libertação da sociedade civil, constituição, ou melhor revisão constitucional, CEE – o autor conclui que um grande desígnio é um sonho impossível para uma burguesia sem verdadeiro poder económico, com fraca organicidade social, com partidos que funcionam como agências de colocação e, sobretudo, incapazes de ultrapassar o trauma mais recente e violento do seu próprio nascimento revolucionário.

De duas impotências, interna e externa, se faz, na opinião do autor, a impotência maior da democracia pós-Abril e dos seus pequenos mitos conjunturais: internamente perdem no confronto com os meteóricos mas intensos mitos revolucionários, responsáveis por imprevisíveis 'reca- ídas'. Externamente, perdem no confronto com o modelo das tradicionais burguesias europeias, das quais são pouco mais do que baratas imita- ções. Acontece que, mais do que sobrepostas, estas duas impotências se

150

entrelaçam numa complexa relação de reciprocidade: 'As mitologias tradi- cionais das burguesias europeias vêem-se aqui sobredeterminadas por fantasmas, traumas, complexos vários que as impedem de sedimentar' (Pereira, 1983:26).

Estas duas ordens de factores originam um discurso legitimador comple- xado e ressentido, construído muito mais pela negativa do que pela positiva. Na ausência de uma grande causa mobilizadora nacional que seria, por exemplo, o combate pela liberdade contra a ditadura fascista, a nova demo- cracia parece preencher esse vazio com um outro combate que é ao mesmo tempo a sua certidão de nascimento e o seu manual de sobrevivência: o combate contra a memória de 1974-75, obsessão e trauma da nova classe política. Ou seja: a democracia, que na Europa nasceu como resposta a uma necessidade orgânica de desenvolvimento económico capitalista, aparece entre nós apenas como necessidade de afirmação de uma classe política que, historicamente inconsistente e incapaz de um projecto próprio, construiu a sua própria mitologia à medida do fantasma que queria exorcizar: o fantasma de revolução: 'A política portuguesa tem sido um mero exorcismo desti- nado a libertar-nos dos demónios e maldições que nos possuíram nesses anos descabelados e os sacrifícios que regularmente nos são pedidos, tomam o ar de expiação das terríveis culpas que nos são imputadas por termos posto este país no caos e na anarquia' (Pereira, 1983:49).

Esta marca genética retira potencial simbólico e conteúdo substancial ao grande mito estrutural da democracia, o único com potencialidades de servir de símbolo indiscutível da nova sociedade. Mas a sua fragilidade obriga a que constantemente se adjective aquilo que deveria ser em si um valor abso- luto. Por isso, nota com ironia JMP, não

temos em Portugal democracia, mas antes ordem democrática, instituições democráticas, partidos democráticos, soluções democráticas, defesa da democracia, democraticidade das decisões. Uma sequência retórica que invade o discurso político, numa esforçada e tardia descoberta daquilo que outros países já haviam conquistado há muito e que viviam a um nível de evidência e organicidade que dispensava a necessidade de adjectivar aquilo que era a substância da sua prática social e que chamavam tão simplesmente sistema democrático. Sem substância, a política fica confinada à sua versão mínima, a proclamada ‘normalidade democrática’ reduzida à autopromoção das virtudes mais formais do que substanciais do jogo partidário. O

MANUELA CRUZEIRO

151

EDUARDO LOURENÇO E JOÃO MARTINS PEREIRA: CONVERSA COM ABRIL EM FUNDO

que não chega, contudo, para alimentar e mobilizar energias colectivas como demonstram as sucessivas crises que a nossa democracia tem atravessado e sobretudo os elevados défices democráticos que persistem (e tragicamente se aprofundam) na nossa sociedade actual.

Assiste-se, então, ao recurso a um segundo grupo de mitos, os mitos de salvação: figuras ou ideias que ultrapassam o formalismo abstracto e se corporizam em algo mais concreto e próximo. O maior potencial mobilizador é, no entanto, mais aparente do que real e o seu aparecimento é, já por si, um sinal da ‘autodescrença dos dirigentes das famosas instituições democráticas na sua capacidade de gerar nesse quadro fórmulas capazes de se imporem pelo jogo simultâneo da autoridade e do consenso’ (Pereira, 1983:51/52). De que falamos, então, os mitos de salvação? Mais do que da possibilidade real de resolver a crise estrutural de uma sociedade, falamos ainda e sempre da imaturidade das suas forças políticas e traduzem a falsa solução de uma fuga para a frente, através de uma figura carismática, investida de excepcionais poderes de mobilização e unificação. Figuras como Ramalho Eanes ou Cavaco Silva são dois exemplos analisados por JMP como típicas construções que representam exactamente o regresso do país à ordem e à disciplina, fortemente abaladas com o episódio revolucionário. Descontadas as diferenças, pessoais e de época, ambos encarnam o retrato-robot do salvador ou do regenerador a que ciclicamente recorremos numa reciclagem ocasional e preguiçosa, directamente proporcional à ancestral impossibilidade de contrapor a esse resignado demissionismo (que outros chamarão destino ou desígnio...) uma ideia para Portugal.

Um único mito parece aos dois suficientemente forte e consistente para substituir quer as poderosas velhas mitologias de Lourenço, quer os pequenos núcleos de um débil imaginário democrático de Martins Pereira: o mito da Europa.

Ambos concordam que a Europa foi, pelo menos até a presente crise, o único mito da democracia pós-Abril que poderia encerrar possibilidades de mobilizar a vontade nacional e sacudir a indolente apatia e distração em que a sociedade portuguesa caiu após o exaltante episódio revolucionário de 1974. É, aliás, assim que os agentes políticos com responsabilidade desde o ano de 1976 até à providencial data de 1986 o apresentavam:

como verdadeiro desígnio nacional capaz de preencher finalmente o vazio deixado pelo fim do chamado ciclo do império, substituindo-o pelo ciclo europeu. Num primeiro momento de euforia o projecto não deixou de mobilizar energias, face ao desafio europeu e multiplicaram-se os estudos, seminários, conferências e até embaixadas culturais com vista a convencer os portugueses, por um lado, e a Comunidade Europeia, por outro, das vantagens mútuas da nossa integração no velho continente. Sobretudo Mário Soares, seu paladino desde a primeira hora, sempre viu nele, com assinalável antecedência em relação aos seus pares, o verdadeiro seguro de vida da democracia portuguesa.

Não cabe aqui o balanço de séculos de uma relação complexa de Portugal com a Europa, frequentemente revisitada por estudiosos, comentadores e políticos nem sempre coincidentes, é certo, conforme se acentua a importância dos factores económicos, políticos ou culturais, na construção dessa nebulosa que continua a ser para o português médio a Europa. Nebulosa que dificulta a análise sectorial de cada um desses factores e da sua contribuição para a vitalidade do mito com mais duração, porventura o único que mereça esse nome, do pós 25 de Abril. EL foi de novo (tem sido) um exímio decifrador dessa complexa teia de sinais contrários. Resgatando a ideia de Europa, quer do excessivo rigor teórico da reflexão filosófica, quer da pragmática aridez das análises económicas, o autor reintegra-a na corrente de reflexão ancestral sobre a nossa identidade, confrontando-a com a vasta galeria de imagens idealizadas que, ao longo da história ilustraram exemplarmente uma estranha relação conflituosa e ambígua, de atracção e repulsa, ou de ressentimento e fascínio. Partindo da ideia de que perguntar pela Europa é perguntar pelo modo como em cada país se viveu e se vive essa complexa realidade cultural, Lourenço fala no nosso caso concreto de duas razões: ‘Em geral, em termos quase físicos, essa curiosa maneira de nos separarmos da Europa, ou de considerar que a autêntica Europa está separada de nós, traduz-se pela consabida distinção entre Europa para lá dos Pirinéus e Europa aquém dos Pirinéus’ (Lourenço, 1988:51). Parece então que a original (excêntrica em todos os sentidos) maneira de nos relacionarmos com a Europa, tem sido a de uma separação. Só assim, aliás, faz sentido a retórica proclamação da nossa entrada na Europa. Como muito bem sublinha o autor, se entrámos é porque não

MANUELA CRUZEIRO

EDUARDO LOURENÇO E JOÃO MARTINS PEREIRA: CONVERSA COM ABRIL EM FUNDO

estávamos lá, ou então, estávamos como se não estivéssemos, numa posição que sugere dependência, marginalidade, exílio, distanciamento, inferioridade. Porém, um original jogo de luz e sombras transforma cada uma destas formas de estar no seu reverso. Tudo somado, o mórbido complexo de inferioridade a que este quadro depressivo nos conduziria, reconverte-se constantemente num contrário complexo de superioridade.

Em nenhum momento deste diálogo improvável os dois autores estiveram mais próximos. Apresentado por JMP como verdadeiro mito de salvação, o mito da Europa ganhou a todos em consistência e longevidade. Assistimos agora à sua trágica agonia, cumprindo aliás os piores prognósticos do autor que, sem poder prever a dimensão da

crise em que mergulha o velho continente, antevia, contudo, um prazo de validade para a forma como a democracia pós/Abril o viveu: mais feito de miríficas promessas do que de efectivo investimento. Com o nosso proverbial irrealismo, envolvemos o objectivo mais prosaico da ajuda económica, de que preci- sávamos como de pão para a boca (já assim era nos longínquos anos 80...) em solenes proclamações da nossa identidade europeia, em nome de um passado comum, e mesmo de uma dívida histórica da Europa para com este pequeno/grande país. Sobrou-nos em retórica o que faltou em trabalho efectivo, e tudo começou a piorar quando se percebeu que ‘a Comunidade Europeia não era uma instituição de caridade, nem o Eldorado. Que era preciso estudar e preparar dossiês, e que a grande ignorância em que se mantinha não apenas o povo em geral, mas até os empresários e gover- nantes sobre tão áridas matérias, operaria mais uma vez a fatalidade de nos converter de mensageiros do futuro, em suas vítimas’ (Pereira, 1983:56).

Em conclusão: também em relação à Europa cumprimos com uma cons- tância desesperante o ciclo labiríntico das ‘polarizações esquizofrénicas’ em que parece enredar-se desde sempre o nosso comportamento colectivo. Oscilando entre o papel de parente pobre e o de parente rico, hesitando entre o sentimento de passiva submissão por nos sabermos frágeis econó- mica, técnica e cientificamente, e o de ativa superioridade por um passado único não comparável com o de qualquer outro parceiro europeu, fomos incapazes de olhar com realismo o presente e de investir nele a energia e ambição necessária. Uma vez mais, procurámos o caminho mais curto e de resultados mais rápidos, que é a salvação exterior. Ora esta salvação vinda

154

de fora, mexeu pouco com a estrutura arcaizante da sociedade portuguesa, sem autonomia, sem hábitos de intervenção, sem densidade e vivências autenticamente democráticas.

‘Mitos, traumas, e complexos são o pão nosso de cada dia do pequeno mundo político-cultural português’ (Pereira, 1983:23). Ao contrário do que seria de esperar, as palavras não são de EL, mas de JMP, numa aparente inversão de papéis e de argumentos. Será então que após tanta resistência inicial, o autor se converteu às virtudes da psicanálise? Nada será assim tão linear. Tal como acontece com EL também o método psicanalítico é aqui apenas um expediente hermenêutico, para melhor compreender e descrever a realidade portuguesa. E, para que não restem dúvidas quanto à instrumentação teórica que orienta em última instância as suas pesquisas, ele mesmo a indica com toda a clareza, ao esclarecer o sentido do conceito nuclear de mito: ‘certas ideias-chave que adquirem um estatuto mítico, na medida em que induzem tendencialmente leituras do domínio do natural, escondendo as suas origens e função ideológica’ (Pereira,1983:28). Esta definição bebida directamente em Barthes, denota igual influência de Gramsci, através do conceito de ideologia e do seu papel social de cimento da sociedade. É ainda de clara influência gramsciana a noção de hege- monia: ‘O que são as nossas classes dirigentes? De onde vêm? De onde lhes vêm os ideais democráticos? Como procuram articular o poder político com o poder económico? De que condições dispõem para conseguir uma efectiva hegemonia?’ (Pereira,1983:30).

Ao fazer a genealogia (e até a arqueologia) das forças que emergem no cenário pós revolucionário, JMP trabalha exclusivamente o mito político que, para ele é sempre

instrumento de obscurecimento da realidade social e política e das suas verdadeiras dinâmicas. O seu objecto é, pois, o campo mais específico e para ele mais real do ser social e do conflito de forças que o atravessam, ‘sem que por aí se esgote o problema’ como prudentemente ele adverte.

Esta é talvez a mais pura lição de independência, de rigor consigo próprio e com os outros, de lucidez e de inteligência: a lição de que nunca se esgota o problema, quando se aceita que a realidade é plural e só na pluralidade de olhares e perspectivas ela nos pode ficar mais próxima. Isso nos vem ensinando EL, desafiando a rigidez metodológico de psicólogos,

MANUELA CRUZEIRO

155

EDUARDO LOURENÇO E JOÃO MARTINS PEREIRA: CONVERSA COM ABRIL EM FUNDO

sociólogos, historiadores que confundem apressadamente a prodigiosa diversidade e variedade de processos e de temas, afinal a sua perturbante heterodoxia, com ausência de rigor metodológico, indefinição, contaminação conceptual, tentação dispersiva e eclética. Concluindo, pois, Lourenço não faz psicologia, não faz sociologia, não faz história, embora nada o impeça de aplicar a cada um destes discursos a crítica mitológica que, sublinhe-se, não tem como finalidade a realidade objectiva da história (individual ou colectiva) mas antes as imagens que a partir dela os portugueses foram forjando de si próprios, ‘imagens que constituem uma espécie de seu precipitado, e que se solidificam na memória dos indivíduos e das colectividades, na forma de mitos, constituindo propriamente o seu imaginário’ (Baptista, 2003: 321).

Trata-se, portanto de uma inesgotável, incansável (e também inalcançável) busca do sentido dos mitos e de símbolos, cuja dinâmica ele tenta surpreender nessa tensão de onde eles surgem entre imaginação e mundo. Para ele, portanto, o mito não é, ao contrário de JMP, obscurecimento, alienação ou mesmo mentira. Essa noção de nítida influência marxista chegou a ser utilizada por EL sobretudo nos textos mais antigos. Em contrapartida, nos mais recentes a noção é fortemente valorizada, tem um sentido prospectivo com capacidade para reunir um povo em torno de uma ideia de si. Estamos, pois, face a uma concepção dinâmica de mito, entendido como algo que pode e por vezes deve mudar. Isto é, uma leitura apropriadora de sentido, e nunca uma concepção de mito como totalidade que se alimenta de uma auto-referencialidade permanente. A nossa identidade como povo nunca está construída e só tem sentido como um constante e renovado processo de auto-descoberta marcado sempre pelo presente dos questionantes. Esta possibilidade de um sentido futuro para o colectivo, através de um imaginário adequado ao nosso rosto verdadeiro e não forjado por velhas máscaras de uma galeria anacrónica de heróis, santos e mártires, é amplamente desenvolvido nas obras posteriores, o que nos autoriza a falar de dimensão utópica do seu pensamento. É o caso de Portugal como Destino (1999), espécie de continuação e reactualização do Labirinto da Saudade.

Invocando Foucault: da atopia ou heterotopia à utopia pode ser o sentido do movimento quase labiríntico do seu pensamento: do não

156

lugar, ou de um lugar inclassificável, original, imprevisível, ou então da justaposição num só lugar de vários espaços, vários posicionamentos, em si próprios incompatíveis, à utopia, não no sentido clássico de espaço mágico, confortável, linear, mas à utopia trágica, porque é “crítica, dilacerada, vigilante, que acolhe a contradição, mas que não deixa de se guiar por um princípio de esperança ou ‘paixão positiva’” (Baptista, 2003:375)

Mas esses seriam tópicos para outros diálogos com outros interlocutores, dos quais, imagino, JMP se teria serena e discretamente retirado, ele que em questões filosóficas permaneceu fiel a Sartre: A ele dedica o último breve capítulo do seu livro, sintomaticamente intitulado ‘Sartre, a minha jangada’. E sobre ele faz a mais desconcertante e solene confissão: ‘Sartre poupou-me o psicanalista e a militância partidária’.

George Steiner fala de livros que são presenças reais e, com idêntico sentido, EL de livros-acto. Para mim O Labirinto da Saudade e No Reino dos Falsos Avestruzes são dois desses casos. M. Yourcenar disse algures, e não exactamente desta forma, que há autores que lemos, e gostamos. Outros que lemos e com quem aprendemos. E há finalmente aqueles que lemos e cuja leitura nos transforma. São esses os nossos autores. EL e JMP são, sem dúvida dois dos meus autores.

MANUELA CRUZEIRO

157

EDUARDO LOURENÇO E JOÃO MARTINS PEREIRA: CONVERSA COM ABRIL EM FUNDO

Referências Bibliográficas

Baptista, Maria Manuel. Eduardo Lourenço – A Paixão de Compreender, Porto/Lisboa, Asa Editores, 2003.

Lourenço, Eduardo. O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1978.

Lourenço, Eduardo. Nós e a Europa ou as Duas Razões, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

Pereira, João Martins. No Reino dos Falsos Avestruzes – Um olhar sobre a Política. Lisboa, A Regra do Jogo, 1983.

Silva, Vicente Jorge. Eduardo Lourenço: um heterodoxo confessa-se. Expresso/Revista, 1988.